

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019



**AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO, INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICA
ECONÔMICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Leonardo Segura Moraes

AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO, INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICA
ECONÔMICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

*RELATIVE AUTONOMY OF THE STATE, INDUSTRIALIZATION AND ECONOMIC POLICY IN
HISTORICAL PERSPECTIVE*

Leonardo Segura Moraes¹

RESUMO

O objetivo do artigo é incorporar aspectos de natureza política para o estudo do processo de industrialização a partir de um arcabouço teórico marxista. Parte-se da premissa de que a análise dessa transformação estrutural da sociedade deve ocorrer em perspectiva histórica para compreender a construção dos distintos arranjos político-institucionais. Propõe-se, portanto, a partir de casos concretos de industrialização, uma interpretação da autonomia relativa do Estado e sua relação com a política econômica através da definição dos aspectos políticos fundamentais para consolidar um processo de industrialização. Conclui-se que os resultados da interação entre aspectos políticos e econômicos dependem da correlação de forças políticas em cada contexto.

Palavras-chave: Estado; industrialização; correlação de forças políticas; política econômica; instituições

ABSTRACT

The purpose of this paper is to incorporate aspects of political nature to the study of the industrialization process from a Marxist theoretical framework. One assumes that the analysis of this structural transformation of society must occur in historical perspective to understand the construction of the distinct politico-institutional arrangements. Therefore, through concrete industrialization cases one proposes an interpretation of the State relative autonomy and its relation with the economic policy by a definition of the fundamental political aspects to consolidate an industrialization

¹ Professor adjunto no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

process. One concludes that the results of the interaction between political and economic aspects depend on the political forces correlation in each context.

Keywords: State; industrialization; political forces correlation; economic policy; institutions.

1. INTRODUÇÃO

Os historiadores econômicos têm se debruçado exaustivamente na investigação das causas e razões dos processos de industrialização, desde o pioneirismo inglês aos casos mais recentes na América Latina. É preciso, no entanto, ter em mente que um *processo de industrialização não significa a mera existência de indústrias*, mas um fenômeno social complexo que envolve uma reestruturação das relações sociais e da maneira pela qual a produção material da vida passa a ser realizada. Tem sua gênese na Grã-Bretanha no século XVIII e, a partir de então, o fenômeno revolucionário se torna a norma (HOBSBAWM, 2008, p. 51). Talvez tenha sido nesse sentido que Marx ([1867] 1996, livro I tomo II, p. 130) no prefácio à primeira edição d' *O Capital* tenha dito que “o país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro”.

O papel dos Estados nesse processo também é fruto de intensa discussão. De um lado há aqueles que enfatizam a necessidade dos incentivos diretos e indiretos para a industrialização – reserva de mercado, protecionismo tarifário, política cambial, concessões públicas, linhas de crédito, entre outros – e, por outro, há aqueles que prezam pela ausência de uma participação dos mesmos no processo. Tais posicionamentos revelam, em muitos casos, certas preferências ideológicas de seus formuladores à medida que se mostram críticos ou defensores da participação do Estado na industrialização².

É preciso, no entanto, pensar nas condições pelas quais tal processo poderia ganhar força. Nesse sentido, seguindo Cohn (1968), entende-se que a industrialização em si não ocorre de forma espontânea, mas como resposta a uma adversidade ou crise. Além disso, não é apenas uma condição de crise por si só que se traduz em detonador do processo de industrialização em determinado país, mas fazem-se necessárias pré-condições para que tal ocorra.

² É interessante notar, por exemplo, o debate brasileiro sobre o II PND, onde reuniu, por um lado, defensores da estratégia do governo militar de 1974 que destacavam o intuito do plano em buscar a completude o processo de substituição de importações para níveis mais avançados, e, por outro, críticos da estratégia que, grosso modo, questionavam a racionalidade do plano e a sua execução enquanto estratégia de desenvolvimento. Para uma síntese do debate, ver Fonseca & Monteiro (2007).

Entre as pré-condições para a internalização do processo de industrialização, há os aspectos de ordem econômica e os de ordem política. Os primeiros, grosso modo, dizem respeito à existência de excedente econômico sob a forma monetária no país, de uma classe que o aproprie, de um nível de assalariamento tal que um mercado de trabalho e de consumo internos existam, ainda que potencialmente, e de um nível de urbanização significativa. Já os fatores de ordem política incluem os arranjos das alianças entre as forças sociais internas, as quais emergem da instância econômica do modo-de-produção dominante, e podem viabilizar um projeto de desenvolvimento centrado na industrialização.

Portanto, é razoável afirmar que para um projeto industrializante avançar é importante a dinâmica interna da política, que por sua vez ocorre de maneira distinta entre os países³. Política, classes e estrutura social se coadunam no Estado capitalista de maneira específica e, portanto, os distintos processos de formação dos Estados Nacionais merecem tipologias contextualizadas de análise. Com isso, considero que entender os processos nacionais de industrialização dependem fundamentalmente da compreensão do Estado capitalista em que se inserem, porque é nele que a dinâmica de classes se materializa e é a partir daí que os arranjos político-institucionais tomam forma.

Do ponto de vista econômico, mesmo as abordagens *mainstream* evidenciam que o crescimento econômico é um fenômeno complexo, sendo as instituições o elemento fundamental para o crescimento de longo prazo (ROBINSON & ACEMOGLU & JOHNSON, 2005, p. 386-472). Outrossim, se as instituições importam, é na política uma importante esfera onde elas se materializam. As instituições, no entanto, não surgem do nada, mas são construções articuladas e coordenadas também dentro do Estado. Nesse sentido, para se compreender a maneira pela qual os aspectos políticos influenciam a articulação de um projeto industrializante, é preciso entender as particularidades dos Estados capitalistas em seus contextos históricos.

Dessa forma, o objetivo principal desse artigo é a incorporação de aspectos de natureza política a partir de uma abordagem teórica marxista para o estudo comparado do

³ Obviamente não se visualiza aqui como único o movimento interno da política sem levar em consideração a economia política internacional, mas, por outro lado, não há uma determinação externa sobre a interna. Em outras palavras, o elemento externo condiciona internamente as possibilidades de desenvolvimento, porém estas só se concretizam em função da dinâmica interna da correlação de forças políticas.

processo de industrialização em perspectiva histórica. Para tanto, o artigo se divide em sete seções, incluindo essa introdução. Na seção seguinte será apresentada a metodologia de análise proposta, enquanto que na seção três uma revisão bibliográfica apresentará casos concretos de industrialização. Na quarta seção será analisada a relação entre mudança institucional e industrialização, ao passo que na quinta e sexta seções serão tratados os aspectos de ordem política para a industrialização e a interação das instâncias políticas e econômicas do capitalismo. Por fim, apresentam-se as conclusões gerais.

2. METODOLOGIA

Parto de Poulantzas (1981) como fundamento metodológico, pois este entende que a necessidade teórica da compreensão do Estado capitalista reside no fato de que a luta pela dominação política no âmbito de sua ossatura institucional é elemento central para o estudo das diferentes formas e transformações históricas pelas quais esse Estado terá.

Do ponto de vista do processo de industrialização, a opção teórica aqui feita pela última fase do autor – basicamente no livro *O Estado, o Poder, o Socialismo* – se justifica sob três argumentos principais, tomados com base em Codato (2008) ao tratar da periodização da obra de Poulantzas. O primeiro diz respeito à necessidade de se analisar o Estado capitalista dentro de sua especificidade histórica, ou, nas palavras de Poulantzas (1981, p. 29), “a teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história de sua constituição e de sua reprodução”. O segundo motivo advém do fato de que esse autor entra no debate sobre o Estado refutando as polêmicas análises “economicistas” ou “estatistas”, procurando realizar uma espécie de conjunção de ambas ao conceber o Estado como uma relação. Por último, a teoria do bloco no poder, a qual remete diretamente ao papel do Estado capitalista em relação às classes dominantes, isto é, o de organização, representação e constituição do interesse político de longo prazo das diversas frações de classe capitalista em função de sua determinada autonomia relativa.

Para o estudo dos aspectos políticos, será usada a tipologia de análise da política econômica e intencionalidade industrializante estabelecidas em Fonseca (2003), tendo como hipótese que as políticas econômicas fins e institucionais são elementos empíricos para explicar a hegemonia de classe dentro do bloco no poder. Isso porque tais medidas não são tomadas de maneira estritamente técnica, mas fundamentalmente política, algo

reconhecido inclusive pela ortodoxia econômica, como fica claro, por exemplo, em Alesina (1988) e Acemoglu & Robinson (2013). Portanto, essa tipologia de análise pode ajudar a revelar o caráter político da política econômica e da intencionalidade governamental. Por fim, a análise será articulada com uma revisão bibliográfica sobre situações concretas de industrialização.

3. A NATUREZA HISTÓRICA DOS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Industrialização não significa capitalismo, mas há uma estreita relação entre ambos em diversas experiências históricas⁴. Oliveira (2003) analisa distintos processos históricos de industrialização, os quais ele denomina como originária e atrasada. O primeiro corresponde à experiência britânica, ao passo que o segundo se subdivide em pelo menos duas ondas de industrialização, sendo a primeira ocorrida na Alemanha, nos EUA e na França, enquanto que a segunda seriam os casos de Itália, Japão e Rússia. Em todas essas experiências o Estado teve papel importante para o processo de industrialização, embora de maneiras distintas em cada um deles devido às especificidades regionais e temporais das economias nacionais e da economia mundial. No caso dos países de industrialização atrasada, a presença do Estado se deu de forma decisiva para a industrialização, em especial na Rússia e no Japão, onde em termos políticos “a burguesia mostrava-se incapaz de assenhorear-se do Estado, e economicamente detinha parques capitais, incompatíveis com as exigências financeiras impostas pela industrialização” (OLIVEIRA, 2003, p. 251).

Allen (2011) ao analisar as causas da Revolução Industrial ter sido britânica, destaca a importância dos incentivos econômicos específicos existentes, notadamente uma estrutura de salários e preços relativos superior aos demais países da época. Em seu modelo, dois motivos explicam o pioneirismo britânico, sendo o primeiro o ambiente econômico que favorecia o investimento em tecnologias redutoras do valor da força de

⁴ A advertência é válida em virtude do debate sobre a relação entre o processo de industrialização e as experiências de socialismo real, visto que estas correspondiam a economias menos avançadas no momento de suas revoluções. Entre as diversas contribuições acadêmicas nesse debate, destaco Zukin (1975) sobre a Iugoslávia e Albuquerque (2005) a respeito da União Soviética.

trabalho, visto que os salários dos trabalhadores nas ilhas britânicas eram relativamente maiores do que os dos demais países e a posição geográfica garantia uma quantidade de minas de carvão com condições de baratear a geração de energia. Os salários se mantinham em níveis elevados por conta do tremendo crescimento populacional iniciado com a expansão britânica na economia mundial e melhorias nos padrões de vida, os quais garantiram um influxo de pessoas para as cidades e propiciou crescente oferta de mão-de-obra, mas com salários altos. Com isso, o barateamento relativo da energia em função da grande quantidade de carvão a ser explorado contribuiu para a queda dos preços de bens de capital, induzindo a uma substituição de força de trabalho por máquinas e equipamentos. O segundo motivo apresentado pelo autor seria o fato de que, pelo menos até 1815, as invenções britânicas eram muito mais transformadoras para a produção do que as congêneres dos demais países.

Se o pioneirismo da Revolução Industrial pode, pelo menos em parte, ser explicado a partir desse modelo de incentivos econômicos, um fator essencial para que a estrutura de preços relativos britânica favorecesse tal processo se deve à própria influência da política de Estado, que garantiu um fluxo migratório constante para as cidades (ALLEN, 2011, p. 364).

Contudo, as políticas de Estado não se resumem a uma ação indireta a fim de contribuir para o processo de industrialização. Marx ([1867] 1996, livro I tomo II, p. 339-381) trata a questão da acumulação primitiva e evidencia o que ele denomina como elementos constitutivos de seu segredo. Este está pautado na crítica que Marx faz aos economistas clássicos, pois, na verdade, o segredo de tal acumulação não seria uma mera frugalidade de certas pessoas ao passo que outras esbanjavam ou não buscavam acumular riquezas. Sua crítica argumenta que o desenvolvimento capitalista ocorreu sob certas condições históricas objetivas na Inglaterra, embora ele mesmo reconheça que vestígios de capitalismo possam ser encontrados nas cidades mercantis italianas da Renascença. Dessa maneira, o segredo está intimamente relacionado à intensificação da servidão, expropriação dos pequenos proprietários rurais, à junção dos meios de produção nas mãos de uma classe (os capitalistas) e a um ordenamento jurídico que forçava os expropriados a venderem sua força de trabalho⁵.

⁵ Ver Wood (2002).

Os elementos centrais de formação do capitalista industrial inglês passam pelo fato de que a expropriação anterior criou relações sociais de produção em que os meios de produção se distinguem em capital constante e a força de trabalho em capital variável dentro do processo de valorização. Em outras palavras, mercantilizam-se as relações sociais de produção. Nesse sentido, o sistema colonial teve importância, pois ele contribuiu para o desenvolvimento comercial das metrópoles europeias a partir da existência do pacto colonial.

Com isso, o capital comercial teria impulsionado o capital industrial ao criar não só uma reserva de mercado específica, mas também ao propiciar trocas comerciais que criaram as bases de formação de uma classe detentora de recursos. Ou seja, o capital comercial se expande e se insere nas próprias transformações socioeconômicas em curso na Inglaterra, quais sejam, a crescente urbanização e proletarianização da força de trabalho. Estas, por sua vez, propiciaram um impulso que alimentou o desenvolvimento manufatureiro sob condições tipicamente capitalistas. No entanto, em uma visão dialética, à medida que o capital industrial é impulsionado, ele próprio adquire força e passa a se autoalimentar. Além disso, a dívida pública e a formação de um sistema tributário desempenharam papel central na formação do capitalista industrial, pois ela transforma dinheiro improdutivo em produtivo à medida que o Estado participa do processo de acumulação e se associa cada vez mais ao capital (MARX, [1867] 1996, livro I tomo II, p. 370; O'BRIEN, 2001; ARRIGHI, 2010, p. 12).

Destacam-se também as leis contra a vadiagem, instituídas ainda no reinado de Henrique VII – século XV – na Inglaterra e no reinado de Luis XVI – século XVIII – na França, as quais foram fundamentais para a formação do mercado de trabalho livre nesses países e criaram as condições para a existência do capital (MARX, [1867] 1996, livro I tomo II, p. 355-363). Já nos *Grundrisse*, Marx destaca que embora houvesse resistência por parte dos trabalhadores expulsos do campo, a força do Estado capitalista em vias de consolidação se impôs como decisiva para a garantia do processo⁶.

⁶“(…) foi lançada uma massa de forças de trabalho vivas no *mercado de trabalho*, uma massa que era livre em sentido duplo, livre, em primeiro lugar, das antigas relações de clientela ou de dependência e das relações de serviço e, em segundo, livre de todos os haveres e de toda forma de existência concreta e objetiva, *livre de toda propriedade*; destinada à venda de sua capacidade de trabalho ou à mendicância, vagabundagem e roubo como única fonte de renda. Historicamente, constata-se que eles tentaram primeiro o último recurso, mas foram impelidos para o estreito caminho que conduz ao mercado de trabalho por meio da força, do pelourinho, do chicote – onde, portanto, aparecem os governos, por

De acordo com Gerschenkron (1962), as diferentes experiências de industrialização variaram de acordo com as *potencialidades industriais naturais* de cada país, as quais resultam a partir da tensão entre as atividades econômicas internas e os obstáculos existentes para o desenvolvimento industrial. Somam-se a isso as dotações iniciais de recursos naturais presentes em cada país e que funcionarão como limitadores de oportunidades. De acordo com o autor, as técnicas industriais tendem a ser imitativas, mas o fato é que as importações de maquinário estrangeiro, de mão-de-obra especializada, entre outros, contribuem para que as potencialidades naturais se transformem em realidades industriais.

Ao analisar alguns casos específicos, Gerschenkron (1962) conclui que para a industrialização dos países economicamente atrasados é necessária a compreensão dos elementos constitutivos do atraso em cada experiência histórica, embora suas considerações tenham muito mais a ver com diferenças quantitativas do processo de industrialização do que propriamente nos aspectos qualitativos dos mesmos. Ainda assim, o caso francês aparece como exemplo no qual o desenvolvimento de um sistema bancário específico a partir do *Crédit Mobilier*, onde a escassez de capitais foi solucionada através de uma intermediação financeira diferente daquela praticada na Grã-Bretanha, garantindo investimentos de longo prazo para a França. Essa intermediação financeira específica, no entanto, não surgiu dissociada do próprio Estado francês à medida que este se financiava, em grande parte, para suas campanhas militares da segunda metade do século XIX⁷.

Outro caso que suscita atenção foi o russo, onde o impulso inicial para a industrialização foi dado diretamente pelo Estado em virtude de suas necessidades militares constantes, o que tornou o próprio desenvolvimento econômico russo uma função das exigências bélicas de expansão do Império. Além disso, foi o Czar Alexandre II quem decretou tardiamente o fim da servidão russa no ano de 1861⁸. Sendo assim, o

exemplo, de Henrique VII, VIII etc.; como condições do processo histórico de solução e como criadores das condições para a existência do capital.” (MARX, 2011a, p. 417, grifos do autor).

⁷ Destaca-se a Guerra da Criméia, conflito armado ocorrido entre 1854-1856 e que reuniu, de um lado, o Império Russo e, de outro, a França, a Inglaterra e o Império Otomano. Para mais detalhes, ver Hobsbawm (2007, p. 107-123).

⁸ É interessante notar que apesar do fim tardio da servidão legal na Rússia, ela também se instituiu de forma tardia, apenas em 1723 com o fim da escravidão (HELLIE, 1984).

atraso russo frente aos demais países europeus era fundamentalmente quantitativo no que diz respeito à escassez de capital e às desconfianças sobre as condições de crédito e solvência da economia russa. Nesse contexto, a ação direta do Estado russo foi fundamental na promoção do desenvolvimento industrial daquele país, ainda que um novo estágio de atraso econômico frente aos países avançados se instaurasse (GERSHENKRON, 1962, p. 22).

Portanto, independentemente das disputas teóricas envolvidas, parece consistente a afirmação de que, de uma forma ou de outra, não há como dissociar o Estado Moderno, essencialmente capitalista, e os distintos processos de industrialização ao longo da história. Essa associação pode ser vista por meio de sua intrínseca relação com o capital sob três formas: econômica, jurídica e construção política. Como foi mostrado até aqui, as duas primeiras se deram principalmente através da constituição fiscal do Estado capaz de promover uma política comercial, campanhas militares para conquistas de novos territórios⁹, a construção legalmente unificada de um mercado interno de trabalho e consumo no espaço nacional. A terceira forma diz respeito ao papel que a ideia de nação tem como elemento de coesão das duas primeiras, pois constrói-se artificialmente um igualamento político de todos os indivíduos dentro de um espaço geográfico delimitado pelo Estado (ANDERSON, 1991, p. 5-7; HOBBSBAWM, 2000, p. 18-45).

Todas essas formas de associação entre o Estado e o capital contribuem para a eclosão do processo de industrialização nos países, pois influenciam direta e indiretamente na construção das pré-condições fundamentais para a internalização do processo. Entretanto, ainda que seja possível, de um modo geral, observá-las simultaneamente em diversos países, há diferenças qualitativas e quantitativas importantes que influenciam qual o tipo de relação entre o Estado e o capital irá se configurar e qual a natureza das instituições oriundas a partir dessa relação.

Essa associação entre Estado e capital no processo de industrialização não significa que se trata de um movimento puramente endógeno. As questões fundamentais não residem em extremismos teóricos da prevalência do interno sobre o externo ou vice-versa na explicação, de “politicismos” ou “economicismos”, mas na compreensão do significado que os elementos internos e externos têm para a industrialização, assim como

⁹ Arrighi (2010, p. 34-37).

da relação entre as instâncias política e econômica. Dito de outra forma, reconheço que a configuração de um tipo de Estado capitalista depende da natureza das forças internas, ao passo que a dinâmica que esse Estado terá na relação com os demais também influencia as possibilidades da estrutura produtiva nacional.

A questão que fica é: por que alguns Estados conseguiram atuar de maneira a favorecer tal processo de industrialização e outros apresentaram maiores dificuldades? Nesse sentido, é preciso dar um passo atrás na investigação histórica e teórica a fim de compreender a configuração política dos distintos interesses que compõem os Estados e como a articulação desses interesses acarreta diversas formas pelas quais o Estado e a sociedade civil, o político e o econômico, relacionam-se em exemplos concretos.

Esses distintos interesses políticos postos em xeque na esfera do Estado implicam ações estatais a partir do resultado dessas disputas, as quais podem ser fruto de acordos ou coalizões, como também de vitória ou derrota de certos segmentos sociais.

2. A RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E INDUSTRIALIZAÇÃO

O estudo das instituições como elementos centrais na mudança estrutural tem recebido atenção crescente e quase consensual, notadamente no estudo da história econômica. Consenso quanto às definições de conceitos e implicações do institucionalismo, no entanto, é difícil afirmar, visto que as diversas abordagens institucionalistas apresentam fundamentos teóricos distintos entre si e muitas vezes conflitantes. Em termos gerais, uma abordagem institucionalista mostra que determinados hábitos estão intimamente relacionados com instituições sociais específicas.

Mas afinal, o que são instituições? North (1991, p. 97; 1994, p. 360) define instituição como sendo os constrangimentos criados pela sociedade a fim de estruturar sua própria interação, subdividindo-se em constrangimentos informais e regras formais. Esses, por sua vez, constituem os mecanismos centrais para entender a dinâmica das economias e a forma como a estrutura de incentivos afetam os agentes ao longo do tempo. Em uma outra leitura, Hodgson (2006, p. 6) propõe uma definição mais abrangente do termo, visto que, para ele, as instituições correspondem a sistemas de regras que estruturam as relações sociais e não se limitam apenas a sistemas legais, mas também abrangem o idioma, o

dinheiro, sistemas de pesos e medidas, as firmas, entre outros. Essa definição apresenta um caráter geral que, de acordo com o autor, coloca os hábitos como o material constitutivo das instituições e o comportamento como uma consequência dos próprios hábitos associados a contextos e incentivos específicos, os quais moldam-no. Sendo assim, mais do que meramente impor limites ao comportamento dos agentes, os hábitos possuem a característica de transformá-los e mudar suas aspirações.

Do ponto de vista do processo histórico de industrialização, é possível afirmar que ele depende de certas instituições específicas, as quais não necessariamente serão as mesmas em contextos distintos. Zysman (1994) argumenta que as transformações históricas devem ser vistas de maneira processual e indissociadas de contextos institucionais específicos. Com isso, mais do que instituições isoladas tem-se estruturas institucionais, as quais possuem estreita relação com o que o autor denomina por sistemas nacionais de mercado. “Mercados não existem ou operam separados das regras e instituições que os estabelecem e que estruturam como comprar, vender e a própria organização da produção realizada.” (ZYSMAN, 1994, p. 244, tradução própria)¹⁰. Nesse caso, Zysman (1994, p. 258) elenca as instituições necessárias para uma análise histórico-institucional do desenvolvimento das economias como sendo o caráter do Estado, das relações de trabalho, a natureza do sistema financeiro e sua influência e, por fim, o sistema legal/regulatório. Nesse sentido, as experiências de industrialização representam situações concretas em que as economias constituíram uma estrutura institucional específica capaz de criar uma trajetória de acumulação de tipo industrial.

North & Weingast (1989) apresentam uma interessante abordagem que contribui para consolidar a relação entre instituições e a industrialização, ainda que o foco principal dos autores seja com o crescimento econômico de longo prazo em termos genéricos. De acordo com eles, a partir do fim da Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, o comprometimento da Coroa com o Parlamento constituiu um importante fator político que promoveu incentivos para o desenvolvimento da economia de mercado, pois criou uma estrutura institucional que incrementou a segurança dos direitos de propriedade. Dito de outra forma, sob um arcabouço teórico marxista, a submissão da Coroa ao Parlamento

¹⁰ “Markets do not exist or operate apart from the rules and institutions that establish them and that structure how buying, selling and the very organization of production take place”.

corresponde a uma virada política que garantiu aos capitalistas ainda em vias de consolidação condições para romper os grilhões que cerceavam a acumulação. Tais condições significam, por um lado, a possibilidade política de ação capitalista em prol de seus interesses, pois com a elevação do Parlamento a uma condição de regulador da Coroa, a lógica do capital se instituía de maneira mais clara no modo de fazer política a partir de então:

Mais do que um comprometimento assegurado, North & Weingast (1989, p. 829) argumentam que a vitória dos interesses parlamentares sobre os da Coroa após 1688 acarretaram mudanças constitucionais específicas sumarizadas na *Bill of Rights* de 1689. Esta, por sua vez, além do igualamento político entre o Parlamento e a Coroa, fundamentou a instituição de um sistema fiscal e tributário subordinado a aprovação parlamentar.

As próprias práticas protecionistas do mercantilismo inglês têm origem nesse processo de mudanças institucionais e se articulam na origem do capital industrial sob a tutela do Estado. Nas palavras de Marx:

O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno (...) O capital original do industrial flui aqui, em parte, diretamente do tesouro do Estado.” (MARX, [1867] 1996, livro I tomo II, p. 375).

Dessa maneira, no que diz respeito à industrialização originária as pré-condições econômicas se mostram suficientes para que uma trajetória de acumulação de tipo industrial se configure, pois a ascensão política da classe capitalista ao Estado propiciou as bases de uma mudança institucional que garantiu o fluxo de excedente monetário para si e a constituição de um mercado de trabalho por meio da intensificação do processo de cercamento dos campos associado a uma agressiva política externa de Estado. As mudanças institucionais aqui referidas não correspondem apenas a alteração de regras formais ou informais, mas fundamentalmente ao estabelecimento de um novo sistema de

hábitos que estruturará as interações sociais, como, por exemplo, na maneira pela qual as relações de trabalho se darão ou como se expressará o dinheiro nessa nova formação social, isto é, respectivamente, uma relação de comprador-vendedor de força de trabalho e uma expressão não meramente simbólica, mas fundamentalmente associada a essa relação social posta.

Um exemplo disso pode ser visto em Arrighi (2010, p. 51-52), onde a instituição do nacionalismo econômico aparece como elemento central da ascensão britânica e francesa no moderno sistema interestatal no período do mercantilismo, pois além de propiciar uma maior internalização do excedente monetário oriundo tanto do comércio colonial (pacto colonial), quanto do comércio interestatal, também propiciou a construção de uma economia nacional. Em um outro momento, porém, os britânicos conseguiram a predominância no moderno sistema interestatal, pois sua competitividade produtiva frente aos demais era notória e sua posição geográfica lhes concedeu a chance de um aprendizado geopolítico específico em comparação com os franceses.

A hegemonia britânica se completa à medida que se constitui uma vasta aliança em torno da restauração do antigo sistema de Westphalia¹¹, onde a legitimidade das nações passou a centralizar crescentemente poder nas mãos de apenas uma: a Inglaterra. Nesse sentido, a ideologia do livre-comércio se institui como um novo hábito – o regime do livre-comércio – dentro das relações interestatais sob o comando dos interesses britânicos, o que por sua vez tem forte impulso para a continuação do desenvolvimento industrial nas ilhas (ARRIGHI, 2010, p. 165-169).

Não obstante a ascensão burguesa possa ser associada com distintos processos de industrialização ao longo da história, não é possível determinar que capitalismo e industrialização sejam sinônimos ou que uma revolução burguesa necessariamente acarreta um processo de industrialização. O cerne da questão reside nas transformações institucionais que são pré-condições fundamentais para que o capital se institua como relação social basilar e para que o processo de acumulação se dê sob condições capitalistas.

¹¹ Arrighi (2010, p. 44-45) sintetiza o que foi esse novo sistema interestatal.

Na tabela 1, encontram-se para alguns países uma importante mudança institucional para a consolidação de um processo de industrialização, qual seja, a possibilidade de formação de um mercado de trabalho livre.

Tabela 1 – Emancipação dos Camponeses, países selecionados

Países	Período	Referência
Inglaterra	séculos XV-XVI	Marx (1996, livro I tomo II, p. 342)
França	1789 e de facto em 1804 com o Código Napoleônico	Hobsbawm (2008, p. 216)
Prússia	1807	Acemoglu & Robinson (2006, p. 127)
Rússia	1861	Gershenkron (1962, p. 17)
Dinamarca	década de 1780	Hobsbawm (2008, p. 215)
Japão	Restauração Meiji (1868-1912)	Takahashi (1953, p. 239)

Fonte: Elaboração própria a partir das referências citadas no corpo da tabela.

Do ponto de vista europeu, fica claro que nem todos os países que emanciparam seus camponeses desencadearam seus respectivos processos de industrialização, pois a relação Estado e capital não se deu no sentido de propiciar tal fenômeno. Portugal e Espanha podem ser vistos como dois casos em que a constituição do Estado Moderno em si não teve como consequência um processo de industrialização tal qual as experiências aqui demonstradas e as razões residem, pelo menos em parte, nas dificuldades que os respectivos Estados tiveram em superar reminiscências feudais e na fraqueza de suas classes capitalistas em impor seus interesses (OLIVEIRA, 2003, p. 117).

A capacidade de superar a rigidez institucional do *Ancien Régime* foi um elemento fundamental para que o processo de industrialização se consolidasse historicamente. Acemoglu & Robinson (2006) argumentam nesse sentido ao se questionarem sobre os motivos que levam determinados países a terem processos de industrialização com velocidades distintas.

No modelo construído pelos autores, as elites políticas estabelecidas tenderão a bloquear inovações econômicas e institucionais se estas desestabilizarem o sistema político constituído fazendo com que as elites dominantes percam poder. A partir do que já foi dito, percebe-se que há uma proximidade entre essa afirmação e os casos de industrialização relatados. No caso da Prússia, o processo de industrialização se consolida

a partir das revoltas de 1848, quando as elites agrárias buscavam frear o avanço das ideias liberais francesas e o apoiavam como um mecanismo de defesa.

A ameaça oriunda da rápida industrialização da Grã-Bretanha e da França e da onda de revoluções de 1848 deve ter também sido importante para a mudança nas atitudes em prol da industrialização, acrescentando algum elemento de modernização defensiva para o caso Alemão. Outro fator facilitando a emergência dessa atitude mais positiva em prol da mudança pode ter sido que, apesar do importante papel da elite Junker, as participações políticas eram também relativamente limitadas para a aristocracia rural (ACEMOGLU & ROBINSON, 2006, p. 127, tradução própria)¹².

É interessante notar também que em vários casos é possível perceber o deslanchar de um processo de industrialização como consequência de uma crise. Na Prússia, a questão era conter o avanço das revoluções liberais de 1848, a primavera dos povos¹³, e a defesa do modelo constitucional vigente. No Japão, a ameaça do Ocidente rompeu com o equilíbrio do xogunato Tokugawa e fortaleceu a Restauração Meiji e suas reformas pró-industrialização como mecanismo explícito de defesa (ACEMOGLU & ROBINSON, 2006, p. 126-127).

A maneira pela qual os Estados Nacionais irão agir rumo a industrialização varia no tempo e no espaço, não sendo possível, portanto, apresentar uma fórmula geral sobre o modo pelo qual historicamente os processos de industrialização ocorreram. Mesmo assim, é possível apresentar os elementos constitutivos e congruentes em cada uma dessas

¹² “*The threat from the rapidly industrializing Britain and France and from the 1848 wave of revolutions may have also been important for the change in the attitudes toward industrialization, adding some element of defensive modernization to the German case. Another factor facilitating the emergence of this more positive attitude toward change may have been that, despite the important role of the Junker elite, the political stakes were also relatively limited for the landed aristocracy*”.

¹³ Hobsbawm (2007, p. 27-50).

experiências a fim de conectar os elementos internos e externos que desencadearam os processos. Uma forma de apreender isso pode ser vista pela política econômica, desde que entendida sob três formas, quais sejam, meio ou instrumental, fim e institucional (FONSECA, 2003).

3. POLÍTICA ECONÔMICA, APARELHOS DE ESTADO E INSTITUIÇÕES

Pode-se definir a política econômica como sendo um tipo de política pública cuja ação principal se dá especificamente na esfera econômica, sendo comumente subdividida, *stricto sensu*, em política fiscal, política monetária e política cambial. Dessa forma, em uma economia aberta, tem-se a ação do Estado sobre variáveis que afetam a produção e a distribuição do produto interno bruto. De acordo com Blanchard & Fischer (1993, p. 567-568), os objetivos da política econômica podem ser vistos de duas maneiras. A primeira corresponde a maximização da função de bem-estar social, pressupondo indivíduos idênticos e em grande número. Sendo diferente os indivíduos, pode-se apelar para uma espécie de “contrato social” implícito e intergeracional ou para que a “boa” política econômica seja aquela que conduza a economia para o ponto em que inexista o *trade-off* entre consumo e investimento. A segunda maneira de enxergar os objetivos da política econômica em um sentido estrito é como a maximização da função de bem-estar de seus formuladores ou dos grupos sociais que eles representam e que tem maior influência política.

Entender a política econômica dessa forma implica uma análise consequencialista *ex-ante* ou *ex-post* da ação do Estado¹⁴. Alesina (1988) trata de modelos empíricos de política econômica com base em teoria dos jogos, cujas implicações normativas e positivas dependem da maneira pela qual se entende as motivações dos *policymakers*. Por um lado,

¹⁴ “Na realidade, nas políticas econômicas o uso do critério de Pareto extrapola o “welfarismo” e abrange também o “consequencialismo”, pois se requer que todas as escolhas de ações, instituições, etc. satisfaçam a otimalidade de Pareto e, portanto, o “consequencialismo” é exigido de um modo implícito, porém inequivocamente” (SEN, 2008, p. 55). Um exemplo disso pode ser visto em Fonseca (1999, p. 178-183), onde a tabela de orçamento previsto e executado do Brasil entre 1930-1937 evidencia um debate sobre o caráter ortodoxo ou heterodoxo da política econômica do governo Vargas I. Aqueles que entendem como ortodoxa a política econômica desse período parecem focar seus olhares no orçamento previsto, ignorando a execução orçamentária, uma análise *ex-ante*. Por outro lado, aqueles que defendem o caráter heterodoxo da política econômica analisam principalmente aspectos da execução orçamentária e não propriamente do orçamento, uma análise *ex-post*.

eles podem ser vistos como políticos com motivações de gabinete ou de perpetuação no poder (*office motivated politicians*) e como políticos com motivações partidárias ou ideológicas (*partisan politicians*). Essa visão é útil para a compreensão dos efeitos que as eleições têm sobre a economia e da relação entre competição política e dívida pública, evidenciando que mesmo para a construção de modelos positivos de política econômica o aspecto político do termo é fundamental.

Contudo, no estudo do processo de industrialização o problema reside em captar o *sentido* das transformações e não se restringe às propostas ou os resultados de determinada política (FONSECA, 1999, p. 183). Sendo assim, não é suficiente enxergar o longo prazo como uma sucessão de curtos prazos. Analisar as transformações estruturais pela ótica *ex-ante* ou *ex-post* não é capaz de fornecer os elementos para uma compreensão das contradições e das ambiguidades que a política traz. Isso porque as transformações estruturais, como a industrialização, não dizem respeito apenas a rearranjos e reestruturações na base econômica da sociedade, mas também na correlação de forças políticas que se inter-relacionam com a própria base econômica, evidenciando-se em disputas de interesses e pressões sobre o governo. Restam, portanto, os aspectos políticos da política econômica, isto é, a relação entre o *poder* e a *economia*. Entretanto, não se trata aqui de uma compreensão de poder como uma coisa ou posse, mas de uma relação social estabelecida entre a potencialidade de ação do Estado e o seu efetivo exercício sobre a dinâmica econômica de uma sociedade. Dessa forma, a compreensão da política econômica nos moldes propostos configura a forma pela qual o Estado tenta exercer poder por meio de seus aparelhos no intuito de alterar ou criar instituições de acordo com seus objetivos.

Althusser (1970) destaca que pensar o Estado como um aparelho repressivo das classes dominantes sobre as dominadas a fim de propiciar o processo de extração de mais-valia é meramente descrever sua ação genérica, sem compreender os mecanismos pelos quais se dá seu funcionamento. Sendo assim, Althusser (1970) propõe entender a definição clássica de Estado das teorias marxistas como sendo referente a um tipo de aparelho estatal, qual seja, o repressivo. Para tanto, o autor separa dois conceitos a serem trabalhados: 1) poder de Estado; e 2) aparelho de Estado. No primeiro, encontra-se o objetivo da luta de classes em termos políticos, ao passo que no segundo se dá a maneira

pela qual a correlação de forças políticas (produto da luta de classes) efetivará o poder de Estado.

Sobre os aparelhos de Estado, Poulantzas (1981) complexifica a análise ao identificar que não há apenas os aparelhos repressivos e os ideológicos, nem que ao Estado cabe o mero exercício da repressão e da reprodução da ideologia dominante. É preciso ter em conta os aparelhos econômicos de Estado¹⁵, que não são apenas aqueles que dizem respeito às formas pelas quais o Estado age sobre a economia, mas também aos próprios aparelhos repressivos e ideológicos, os quais assumem um papel econômico. Não cabe aqui uma análise pormenorizada do que são e como se estruturam os aparelhos de Estado, mas da relação que a política econômica tem com eles. Fonseca (2003), analisando o caso concreto do Brasil nos anos 1930, sintetiza a relação ao identificar a consciência das ações de Estado tomadas no âmbito da política econômica e que revelaram sua opção industrializante, visto que “representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo uma nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador” (p. 135). Essa possibilidade de reorientar a economia não pode ser vista de maneira isolada ou estática, porém como aspectos da reorganização do próprio Estado. Este, por sua vez, não pode ser tomado como mero agente repressivo a serviço das classes dominantes, mas como a condensação material da relação de forças entre as classes sociais existentes, isto é, o Estado visto também como uma relação social, por analogia à definição de capital dada por Marx¹⁶.

Para Codato (2008), a análise poulantziana do Estado difere em sua última fase das demais por tratar do Estado como uma *relação* e não um *ser*. Dessa forma, o Estado capitalista “cristaliza nos e através dos seus aparelhos uma *relação de forças*” (CODATO, 2008, p. 83, grifos do autor). E é nesse aspecto que a mudança institucional se associa à política econômica fim e institucional por meio do Estado e seus aparelhos no sentido de configurar os interesses do bloco no poder, ainda que de maneira contraditória, visto que não há uma direção unívoca no processo, mas relacional. Para captar o sentido das

¹⁵ Não se constitui propriamente em um aparelho de Estado à parte dos demais, porém os próprios aparelhos repressivos e ideológicos cumprem funções econômicas de Estado. Seguindo o raciocínio de Poulantzas (1981), no âmbito da política econômica não faz muito sentido pensar em aparelhos de Estado individualizados, ainda que haja sua especialização em virtude das funções prioritárias por eles desempenhadas.

¹⁶ Marx ([1867] 1986, livro III tomo II, p. 269).

transformações é preciso transcender a perspectiva consequencialista e compreender a relação entre o *político* e o *econômico* no capitalismo. Como diz Poulantzas:

Toda medida econômica do Estado tem portanto um conteúdo político, não apenas no sentido geral de uma contribuição para a acumulação do capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica (POULANTZAS, 1981, p. 194).

As funções do Estado, portanto, são disseminadas através de seus aparelhos, os quais estão inseridos no contexto de intervenção econômica do Estado e agem também como verdadeiros aparelhos econômicos. Estes, por sua vez, são alterados em torno, também, da dinâmica da luta política no seio do Estado, cujo importante meio de materialização se dá através de políticas econômicas fins e institucionais.

4. POLÍTICA ECONÔMICA E SUA RELAÇÃO COM A AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO

A conceituação poulantziana da estrutura jurídico-política capitalista diz respeito a um conjunto de valores de dois tipos, sendo o primeiro deles o direito capitalista, ou valores jurídicos capitalistas, e o segundo o burocratismo, ou os valores burocráticos capitalistas. O primeiro desses tipos regula e condiciona o funcionamento social, ao passo que o segundo regula e condiciona a funcionalidade social. Para Saes (1998), a conjunção do burocratismo e do direito capitalistas acarreta um sistema articulado onde emergem dois efeitos mais: o de isolamento ou de individualização e o de representação da unidade ou da política de interesse geral. Esses dois efeitos são importantes para a compreensão do que vem a ser a autonomia relativa do Estado capitalista para o autor e como ela se relaciona com a política econômica. Apesar de fortemente influenciado pela corrente althusseriana, a qual caracteriza autonomia relativa de *todas* as instâncias do capitalismo como objetos teóricos independentes a serem analisados, Poulantzas inverte essa concepção e identifica que ao invés de aspectos independentes, tais estruturas exprimem a autonomia real das instâncias na prática social (SAES, 1998, p. 55). Dessa forma, a autonomia relativa das instâncias não é especificidade do capitalismo, mas algo inerente

ao conceito de modo-de-produção em geral. O objetivo de Poulantzas é, dessa forma, analisar a forma específica que essa autonomia assume no capitalismo.

A autonomia relativa pode ser vista sob três esferas: a do político diante do econômico no capitalismo, a qual “equivale à não-intervenção do político na reprodução das relações de produção capitalistas” (SAES, 1998, p. 59); por outro lado, a autonomia relativa ativa sobre a instância econômica corresponde a atuação da estrutura jurídico-política nova no sentido de transformar a estrutura econômica dominante; e, por fim, a autonomia do Estado sobre as classes sociais, cuja manifestação se dá por meio da burocracia estatal e do aparelho estatal relacionado apenas aos interesses políticos das classes dominantes.

Em relação às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: *caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra* (POULANTZAS, 1981, p. 145, grifos próprios).

Dessa forma, é por meio dessa autonomia relativa em relação ao bloco no poder que o Estado exerce sua função de organização, unificação e constituição do interesse das classes dominantes, ou, no caso específico do capitalismo, das várias frações de classe capitalista. A manifestação dessa autonomia, como visto anteriormente, dá-se por meio tanto da burocracia quanto do aparelho estatal, os quais também devem ser vistos como espaços onde a luta política de classes se manifesta. De acordo com Poulantzas, a burocracia de Estado é multifacetada, possui interesses e projetos políticos contraditórios entre os distintos aparelhos estatais, sem uma vontade política unívoca. No entanto, há aquilo que ele denomina *unidade de aparelho*, a qual se materializa na natureza do Estado capitalista e cuja política favorece em última instância a fração capitalista hegemônica dentro do bloco no poder. Este, por sua vez, não é eterno, mas muda ao longo do tempo,

o que pode influenciar a própria política do Estado, dependendo das condições histórico-estruturais e da dinâmica da luta política de classes.

A questão central enfocada por Poulantzas é: por que o Estado intervém na economia? Para responder essa questão, o autor observa que historicamente não há experiência, em nenhuma fase do capitalismo, de ausência de funções econômicas do Estado. No entanto, restringir a explicação a um aspecto econômico do problema, qual seja, de que o Estado intervém na economia em setores não-rentáveis para o capital, é demasiado simplista, pois, como observa Poulantzas (1981, p. 209-210), toda intervenção estatal se insere em um contexto político específico e se concretiza como uma necessidade política.

O conteúdo político das funções do Estado não se deve apenas à hegemonia do bloco no poder, nem ao poder do Estado, mas também à materialidade institucional e ao arcabouço material dos aparelhos estatais. Isso quer dizer que as dinâmicas internas de cada país são aspectos importantes para entender como se configura o papel do Estado na sociedade e, notadamente, seu papel econômico. Com relação às políticas econômicas fim e institucional, estas podem ser vistas como o reflexo do Estado-relação e como indicativo de afirmação da própria autonomia relativa do Estado em organizar o projeto de longo prazo das classes dominantes, em que o papel da burocracia estatal é relevante, porém não implica necessariamente o determinante para que o processo de industrialização se consolide, visto que depende da forma pela qual as relações de classe se condensam nos aparelhos estatais¹⁷. Se do ponto de vista das políticas econômicas meio é o poder executivo o responsável direto pela sua implementação, as políticas fins e institucionais dependem da interação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, o que implica necessariamente uma correlação de forças políticas disposta a tal transformação.

¹⁷ Evans & Rauch (1999) ao analisarem a relação entre o papel da burocracia e o crescimento econômico entre países identificam que a existência de uma burocracia desenvolvida *à la* Weber se mostra como elemento que tem forte influência sobre o desempenho econômico dos países. No entanto, pensando em um governo de cunho desenvolvimentista, a existência de uma burocracia de Estado bem desenvolvida *per se* não revela muito, pois depende dos interesses hegemônicos que constituem o bloco no poder, os quais estão condicionados tanto às disputas políticas entre frações de classe dominante com as classes populares e entre si, à maneira de inserção histórica dos países na economia internacional e, em suma, ao componente político do comportamento social interno. Dessa forma, por exemplo, a burocracia estatal que favoreça um projeto desenvolvimentista é consequência de uma transformação institucional anterior e que permitiu consolidar determinada hegemonia de fração de classe dominante no poder.

Sendo assim, quais políticas poderiam ser elencadas como fins e institucionais? A intencionalidade industrializante do Presidente e sua *entourage* é um precedente fundamental. Tendo isso em mente, três grupos de variáveis podem ser utilizadas para apreender a possibilidade real da concretude industrializante manifestada pela intencionalidade. Em primeiro lugar, é preciso que essa intencionalidade se verifique em *políticas que atuem diretamente sobre as relações de trabalho*, buscando firmar institucionalmente a divisão entre capital e trabalho. Em segundo lugar, *a definição de marcos regulatórios, seja via uso de burocracia estatal ou por meio da criação de instituições específicas que influenciem o desenvolvimento industrial* revela o caráter do sentido da ação estatal em prol da industrialização. Por fim, *a criação de linhas de crédito específicas, subsídios indiretos ou até mesmo de bancos de desenvolvimento para financiar indústrias estabelecidas ou novas*¹⁸. Além disso, a intencionalidade não concretizada pode revelar, também, a incompatibilidade do poder formal com o real, nos moldes de Poulantzas (1981, p. 159).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, dois grupos de aspectos – econômicos e políticos – emergem como fundamentais para a consolidação de um processo de industrialização. Os aspectos econômicos podem ser sumarizados em quatro: 1) potencialidades industriais “naturais”, isto é um conjunto de atividades econômicas existentes e que propiciem uma articulação com práticas industriais em gestação; 2) a existência de um excedente monetário de tipo capitalista; 3) uma classe que se aproprie desse excedente e cuja mentalidade e comportamento sejam capitalistas; e 4) uma classe trabalhadora livre e apta ao assalariamento, permitindo assim a existência de um mercado de trabalho e de consumo internos.

O segundo grupo corresponde aos aspectos políticos, sumarizados também em quatro: 1) “elites empreendedoras” ou frações de classe capitalista de natureza industrial; 2) hegemonia do bloco no poder favorável à construção de um projeto de industrialização;

¹⁸ Ainda que possa parecer derivado do segundo grupo de variáveis há um significado próprio em tratá-la de modo separado, pois ajuda a revelar o caráter nacional-desenvolvimentista ou dependente-associado dessa intencionalidade industrializante.

3) a autonomia relativa do Estado, capaz de construir e organizar o interesse de longo prazo das classes dominantes; e 4) a intencionalidade industrializante do poder executivo fundamentada por uma correlação de forças políticas que a sustente.

Associando essas instituições com o arcabouço teórico poulantziano, tem-se que é necessária uma correlação de forças políticas específica a fim de que a construção da mudança histórico-institucional se processe e vá ao encontro dos interesses de frações de classe capitalista-industrial. A interação de ambos os grupos de aspectos identificados evidencia, pelo menos em parte, essa inter-relação entre o *político* e o *econômico* no estudo da industrialização. Mais do que isso, as situações concretas de industrialização referenciadas ao longo do texto ilustram como a articulação entre as instâncias política e econômica foram fundamentais para que os processos de industrialização avançassem ao longo do desenvolvimento capitalista.

A análise empírica realizada nesse artigo se limita a ilustrações de situações concretas relativas aos países centrais, mas por meio do estudo da condução e desenho da política econômica a partir do arcabouço teórico aqui construído é possível transcender para outras experiências de industrialização mais atrasadas, tais como a dos países latino-americanos. O que é virtuoso nesse sentido é que a articulação entre as instâncias política e econômica nos moldes sugeridos ao longo do texto permite uma compreensão qualitativa da industrialização e dos conflitos sociais subjacentes a ela. No entanto, foge aos propósitos desse texto uma análise empírica mais profunda, mas essa se coloca como um caminho futuro de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Economic backwardness in political perspective. *American Political Science Review*, vol. 100, n. 1, 2006.

_____. Economics versus Politics: pitfalls of policy advice. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 27, n. 2, 2013.

ALLEN, Robert. Why the industrial revolution was british: commerce, induced invention, and the scientific revolution. *Economic History Review*, vol. 64, n. 2, p. 357-384, 2011.

ALESINA, Alberto. Macroeconomics and politics. In: FISCHER, Stanley. *NBER Macroeconomics annual*, vol. 3. The MIT Press, 1988.

- ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'État. *La Pensée*, n. 151, 1970.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Ed. Verso, 2ª edição, 1991.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. Ed. Verso, 2010.
- BLANCHARD, Jean Olivier; FISCHER, Stanley. *Lectures on macroeconomics*. The MIT Press, 1993.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. *Crítica Marxista*, n. 27, p. 65-85, 2008.
- COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme et alii. (Org.). *Brasil em perspectiva*. Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- EVANS, Peter; RAUCH, James E. Bureaucracy and growth: a cross-national analysis of the effects of "weberian" State structures on economic growth. *American Sociological Review*, vol. 64, n. 5, p. 748-765, 1999.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1999.
- _____. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, vol. 23, n. 1, jan-mar/2003.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio. O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, vol. 28, n. 1, jan-mar/2007.
- GERSHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective: a book of essays*. Harvard University Press, 1962.
- HELLIE, Richard. *Slavery in Russia: 1450-1725*. University of Chicago Press, 1984.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge University Press, 2ª edição. 2000.
- _____. *A era do capital 1848-1875*. Ed. Paz e Terra, 13ª edição, São Paulo, 2007.
- _____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Ed. Paz e Terra, 23ª edição, São Paulo, 2008.

- HODGSON, Geoffrey. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, vol. 60, n. 1, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – livros I e III*. Coleção “Os Economistas”, ed. Nova Cultural, São Paulo, 1996 e 1986.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. Ed. Boitempo, 2011.
- MOTTA, Eduardo da Motta e. Lições da tragédia: limites e contradições do progresso tecnológico na União Soviética. In: PAULA, João Antonio de (Ed.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Ed. Autêntica, Belo Horizonte-MG, 2005.
- NORTH, Douglass. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- _____. Economic performance through time. *The American Economic Review*, vol. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.
- NORTH, Douglass; WEINGAST, Barry. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England. *Journal of Economic History*, vol. 49, n. 4, p. 803-832, 1989.
- O'BRIEN, Patrick K. Fiscal exceptionalism: Great Britain and its European rivals, from civil war to triumph at Trafalgar and Waterloo. *Working Paper n° 65/01*, London School of Economics, Department of Economic History, 2001.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Ed. Unesp, 2003.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Ed. Graal, 1981.
- ROBINSON, James; ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon. Institutions as the fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, Phillipe; DURLAUF, Steven. (Orgs). *Handbook of Economic Growth*, vol. 1A, Elsevier/North-Holland, p. 385-472, 2005.
- SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 7, parte 3, 1998.
- SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. Ed. Companhia das Letras, 2008.
- TAKAHASHI, Kohachiro. La place de la révolution de Meiji dans l'histoire agraire du Japon. *Revue Historique*, tomo 210, fascículo 2, p. 229-270, 1953.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. Ed. Verso, 2002.

ZUKIN, Sharon. *Beyond Marx and Tito: theory and practice in Yugoslav socialism*. Cambridge University Press, 1975.

ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. *Industrial and Corporate Change*, vol. 3, n. 1, 1994.